

Paraíso Bioenergia S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2013 e 2012**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
14º Andar – Sala 1403 - Jardim América
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto, SP - Brasil

Telefone: 55 (16) 3323-6650
Fax: 55 (16) 3323-6651
Internet: www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

À
Diretoria e Acionistas da
Paraíso Bioenergia S.A.
Brotas - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Paraíso Bioenergia S.A. (“Companhia”), referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações financeiras intermediárias emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e International Accounting Standards IAS 34 – Interim Financial Reporting. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 e ISRE 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Ribeirão Preto, 9 de agosto de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'André Luiz Monaretti'. The signature is stylized and somewhat cursive.

André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3

Paraíso Bioenergia S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de Junho e 31 de Março de 2013

(Em milhares de reais)

Ativos	Nota	30/06/2013	31/03/2013	Passivos	Nota	30/06/2013	31/03/2013
Caixa e equivalente de caixa	5	10.454	9.466	Fornecedores	15	34.723	64.433
Outros investimentos	6	3.630	26.271	Instrumentos financeiros derivativos	29	9.380	4.358
Contas a receber de clientes	7	27.401	3.339	Empréstimos e financiamentos	16	61.177	212.619
Estoques	8	10.366	9.634	Salários e encargos sociais		8.682	9.734
Adiantamento a fornecedores	9	22.841	22.275	Tributos a recolher	17	6.046	7.386
Despesas antecipadas		333	496	Parcelamentos tributários	18	5.951	7.930
Tributos a recuperar	10	5.092	4.327	Adiantamento de clientes	19	3.817	4.113
Mútuo financeiro	11	17.421	-	Outras contas a pagar		691	1.179
Total do ativo circulante		97.538	75.808	Total do passivo circulante		130.467	311.752
Outros investimentos	14	108	108	Fornecedores	15	5.716	6.263
Ativo fiscal diferido	20	16.140	2.115	Empréstimos e financiamentos	16	248.776	88.355
Tributos a recuperar	10	301	301	Mútuo financeiro	11	83	2.379
Mútuo financeiro	11	242	242	Provisão para contingências	21	584	584
Depósitos judiciais		328	332	Parcelamentos tributários	18	5.588	6.455
Despesas antecipadas		50	52	Total do passivo não circulante		260.747	104.036
Imobilizado	14	214.289	223.404	Patrimônio líquido			
Ativo biológico	12	150.964	155.564	Capital social	22	7.193	5.095
Intangível	13	616	662	Reserva de capital		127.740	59.838
Total do ativo não circulante		383.038	382.780	Reserva de reavaliação		5.695	5.873
				Ajuste de avaliação patrimonial		46.865	48.282
				Prejuízos acumulados		(98.130)	(76.288)
				Total do patrimônio líquido		89.363	42.800
				Total do passivo		219.829	354.552
Total do ativo		480.576	458.588	Total do passivo e patrimônio líquido		480.576	458.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraíso Bioenergia S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2013	30/06/2012
Receita	23	70.725	37.353
Custo das vendas		(67.228)	(40.443)
Varição do valor justo de ativo biológico	12	<u>3.860</u>	<u>18.925</u>
Lucro bruto		7.357	15.835
Despesas gerais e administrativas	24	(3.132)	(1.942)
Despesas de vendas	24	(1.951)	(958)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24	<u>1.527</u>	<u>459</u>
		(3.556)	(2.441)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		3.801	13.394
Receitas financeiras		2.695	777
Despesas financeiras		<u>(43.958)</u>	<u>(35.614)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	25	(41.263)	(34.837)
Prejuízo antes dos impostos		(37.462)	(21.443)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	14.025	7.274
Prejuízo do período		(23.437)	(14.169)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraíso Bioenergia S.A.

Demonstração resultados abrangentes

Períodos três meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Note	30/06/2013	30/06/2012
Prejuízo do período		<u>(23.437)</u>	<u>(14.169)</u>
Resultado abrangente total		<u>(23.437)</u>	<u>(14.169)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraíso Bioenergia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de março de 2012		5.095	59.838	6.761	54.077	(44.587)	81.184
Realização do custo atribuído		-	-	-	1.472	(1.472)	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(14.169)	(14.169)
Saldo em 30 de junho de 2012		5.095	59.838	6.761	55.549	(60.228)	67.015
Saldo em 31 de março de 2013		5.095	59.838	5.873	48.282	(76.288)	42.800
Aumento de capital		2.098	67.902	-	-	-	70.000
Realização da reserva de reavaliacao		-	-	(178)	-	178	-
Realização do custo atribuído		-	-	-	(1.417)	1.417	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(23.437)	(23.437)
Saldo em 30 de junho de 2013		7.193	127.740	5.695	46.865	(98.130)	89.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraíso Bioenergia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 30 de Junho de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	30/06/2013	30/06/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(23.437)	(14.169)
Ajustado por:		
Depreciação dos ativos imobilizados	4.686	4.444
Amortização dos ativos intangíveis	19	16
Realização da manutenção de entressafra	4.055	2.972
Mudança no valor justo de ativos biológicos	(3.860)	(18.925)
Amortização da Lavoura e Tratos	22.400	11.503
Ativos e passivos fiscais diferidos	(14.025)	(7.274)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	35.230	28.199
Mudança no valor justo de instrumentos derivativos	5.022	3.579
Valor residual de ativo imobilizado alienado	1.181	2.171
	31.271	12.516
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/diminuição em outros investimentos	22.641	(5.456)
(Aumento)/diminuição de contas a receber de clientes	(24.062)	(4.216)
(Aumento)/diminuição de estoques	(732)	(85)
(Aumento)/diminuição em adiantamentos a fornecedores	(566)	(1.283)
(Aumento)/diminuição em despesas antecipadas	165	-
(Aumento)/diminuição em tributos a recuperar	(765)	294
(Aumento)/diminuição em outras contas a receber	-	(80)
(Aumento)/diminuição em depósitos judiciais	4	1.902
Aumento/(diminuição) de fornecedores	(30.257)	5.080
Aumento/(diminuição) de salários e encargos sociais	(1.051)	2.497
Aumento/(diminuição) de tributos a recolher	(1.340)	2.133
Aumento/(diminuição) em adiantamentos de clientes	(296)	2.855
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	(489)	(774)
Aumento (diminuição) em parcelamentos tributários	(2.846)	1.344
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(5.027)	(3.066)
	(13.350)	13.661
Fluxo de caixa (utilizado nas) decorrente das atividades operacionais	(13.350)	13.661
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Imobilizado	(752)	(16.384)
Intangível	(28)	(8)
Ativo biológico	(13.940)	(16.465)
	(14.720)	(32.857)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(14.720)	(32.857)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	4.676	19.772
Amortização principal de empréstimos e financiamentos	(25.900)	(10.679)
Aporte de capital de acionistas	70.000	-
Múto financeiro	(19.717)	(328)
	29.058	8.765
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamento	29.058	8.765
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	988	(10.431)
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa		
No final do exercício	10.454	313
No início do exercício	9.466	10.744
	988	(10.431)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	988	(10.431)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede administrativa localizada Rodovia Brotas Torrinha, Km 7,5 no município de Brotas no Estado de SP. Tem como atividade preponderante o plantio de cana de açúcar, produção e a comercialização de açúcar, etanol, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola de produtos e matéria prima. Aproximadamente 59% da cana utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 41% de fornecedores de terceiros.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BR GAAP), que são derivados da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as Normas internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 9 de agosto de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- Os derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas de vendas.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo BR GAAP e IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 07 - Contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota explicativa nº 20 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.
- As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
- Nota explicativa nº 14 - Imobilizado (vida útil do ativo imobilizado e definição do valor residual);
- Nota explicativa nº 12 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa nº 21 - Provisão para contingências.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seria classificados como disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outras contas a receber.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Instrumentos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido devem ser medidos pelo custo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de

negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) *Capital social*

Em 30 de junho de 2013, as ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Em anos anteriores, algumas ações preferenciais resgatáveis foram classificadas como passivos financeiros.

Os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos em nosso estatuto são reconhecidos como passivo.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e preço. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas contra o resultado.

c. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado) e são reconhecidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais líquidas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que eles estão instalados e prontos para uso ou em caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que o ativo está concluído e está pronto para uso.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

	30/06/2013	31/03/2013
Edificações	3.96%	3.96%
Máquinas e equipamentos	12.08%	12.08%
Máquinas e Implementos agrícolas	14.50%	14.50%
Veículos	15.55%	15.55%
Móveis e utensílios	30.00%	30.00%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, se apropriado.

d. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda e impostos. Alterações no valor justo menos despesas de venda e impostos são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda e impostos apurados na data de corte.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo transferido dos ativos biológicos para os estoques é o valor justo menos os custos de venda na data da colheita.

g. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa “UGC” exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo à empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências da Companhia. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor. Para as vendas de energia elétrica, a Companhia se utiliza de medidores de energia transmitida a clientes, sendo que a cada fechamento mensal há a valorização dessa quantidade e o consequente reconhecimento da receita.

k. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

l. Arrendamentos

(i) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(ii) Determinação se um contrato tem um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- O contrato contém direito de utilização do ativo

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos de aplicações financeiras, variação cambial, juros, multas contratuais e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos, despesas bancárias, variação cambial e perdas com instrumentos financeiros derivativos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método do juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas são ambas sujeitas à regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos

ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Ativos biológicos

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes as soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratamentos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

(ii) Contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da companhia.

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(iii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias.

(iv) Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2013	31/03/2013
Caixa e bancos	10.454	4.998
Aplicações financeiras	-	4.468
	<hr/>	<hr/>
	10.454	9.466
	<hr/>	<hr/>

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data da demonstração da posição financeira em que o valor não exceda o valor de mercado. Esses investimentos podem ser imediatamente resgatados sem penalidades ou perdas.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

6 Outros Investimentos

		30/06/2013	31/03/2013
Taxas de juros fixadas			
CDB- Certificado de depósito bancário	100% do CDI- Certificado de depósito bancário (*)	3.630	26.271
		<u>3.630</u>	<u>26.271</u>

Os investimentos referem-se a valores retidos como garantia no momento da liberação das operações de financiamento de capital de giro e adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC).

A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros.

7 Contas a receber de clientes

	30/06/2013	31/03/2013
Contas a receber de clientes - mercado externo	15.481	-
Contas a receber de clientes - mercado interno	12.357	3.776
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(437)	(437)
	<u>27.401</u>	<u>3.339</u>

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

	30/06/2013	31/03/2013
A vencer:		
Até 30 dias	22.453	485
Acima de 31 dias	22	-
Acima de 360 dias	-	21
	<u>22.475</u>	<u>506</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	1.822	2.322
De 31 a 60 dias	1.011	199
De 61 a 90 dias	1.598	5
De 91 a 120 dias	3	332
Acima de 121	929	412
	<u>5.363</u>	<u>3.270</u>
	<u>27.838</u>	<u>3.776</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A despesa com constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas de Vendas” na demonstração do resultado do exercício.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre contas a receber é apresentada a seguir:

	30/06/2013	31/03/2013
Saldo no início do exercício	437	381
Adição	-	56
Saldo no final do exercício	437	437

A Companhia em 30 de junho de 2013 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa 29.

8 Estoques

	30/06/2013	31/03/2013
Produtos acabados		
Açúcar	1.491	1.807
Etanol	1.760	2.839
Almoxarifado e outros	7.115	4.988
	10.366	9.634

Em 30 de junho de 2013, materiais de almoxarifado e outros e alterações em produtos acabados, reconhecidos no custo de venda, totalizavam R\$ 67.228 (R\$ 40.443 em 30 de junho de 2012).

9 Adiantamento a fornecedores

	30/06/2013	31/03/2013
Adiantamento fornecedores diversos	1.569	252
Adiantamento fornecedores de cana	21.272	22.023
	22.841	22.275

Adiantamento a fornecedores diversos referem-se substancialmente representado por antecipações de pagamentos relacionados à aquisição de bens relacionados ao investimento em expansão e modernização do parque industrial.

Os adiantamentos a fornecedores de cana referem-se a valores adiantados para futuro fornecimento de cana de contratos de parceria, cuja entrega do produto ocorrerá na próxima safra.

10 Tributos a recuperar

	30/06/2013	31/03/2013
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2.850	2.901
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	852	664
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	719	662
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	643	181
Imposto sobre operações financeiras - IOF	151	148
Programa de integração social - PIS	139	39
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	39	33
	5.393	4.628
Ativo circulante	5.092	4.327
Ativo não circulante	301	301

ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

11 Mútuo Financeiro

<i>Composição dos saldos de ativo</i>	30/06/2013	31/03/2013
Mútuo		
Tonon bioenergia S.A. (c)	17.421	-
Estrela Dalva Tecnologia em limpeza	43	43
Silvia de Barros Brisola	90	90
Flavio de Albuquerque Pinheiro	43	43
Wilson Helio de Albuquerque Pinheiro Junior	32	32
Renata de Albuquerque Pinheiro	34	34
Total de créditos com pessoas ligadas (nota 26)	17.663	242
	30/06/2013	31/03/2013
<i>Composição dos saldos de passivo</i>		
Mútuos (b)		
Flavio de Albuquerque Pinheiro	24	95
Wilson Helio de Albuquerque Pinheiro Junior	24	2.177
Renata de Albuquerque Pinheiro	24	95
Silvia de Barros Brisola	11	12
Total Mútuos (nota 26)	83	2.379

Condomínio agrícola - Flávio de Albuquerque Pinheiro e Outros

- (a) Em 31 de agosto de 2010, foi assinado pelos sócios da Companhia, o instrumento particular de compra e venda de lavoura de cana-de-açúcar e implementos agrícolas, decorrentes de contratos particulares de parcerias agrícolas transferindo à Paraíso Bioenergia S/A todos os bens, direitos e obrigações do Condomínio Agrícola denominado Flávio de Albuquerque Pinheiro e Outros. O saldo será liquidado durante a safra 2013/14.
- (b) Trata-se de juros sobre avais de terras dos sócios dadas em garantia.

Tonon Bionergia S.A.

- (c) Em 06 de maio de 2013, foi celebrado contrato de mútuo com a Tonon Bionergia S.A. para financiamento de despesas. O valor contratado é de no máximo R\$ 60 milhões com incidência de juros do IPCA acrescida da taxa de 1% ao ano e vigorará pelo prazo máximo de 01 ano.

12 Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de cana-de-açúcar, através de contratos com arrendatários e parceiros de cana, para utilização como matéria em seus processos industriais de açúcar e etanol. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras, variando com base na cultura e material genético a que se refere.

A seguir, estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

	30/06/2013	31/03/2013	30/06/2012	31/03/2012
Ativo biológico no início do exercício	155.564	108.972	108.972	90.458
Aumento decorrente dos plantios	6.223	29.619	8.602	28.741
Aumento decorrente dos tratos	7.717	38.926	7.863	41.048
Amortização da lavoura	(11.022)	(25.017)	(5.814)	(25.559)
Amortização dos tratos	(11.378)	(25.224)	(5.689)	(25.909)
Variação do valor justo	3.860	28.288	18.925	193
Ativo biológico no final do exercício	<u>150.964</u>	<u>155.564</u>	<u>132.859</u>	<u>108.972</u>

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

	30/06/2013	31/03/2013
2013/2014	26.981	47.347
2014/2015	31.671	37.418
2015/2016	27.071	25.845
2016/2017	21.669	18.140
2017/2018	17.417	14.189
2018/2019	13.723	9.842
2019/2020	8.972	2.783
2020/2021	3.460	-
	<u>150.964</u>	<u>155.564</u>

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram.

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	30/06/2013	31/03/2013
Área estimada de colheita (hectares)	21.074	21.564
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	79	71
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	140,00	140,00
Valor do Kg de ATR (R\$/kg)	0,47	0,49

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- Saídas de caixa representadas pelas estimativas de (i) os custos necessários para a transformação biológica de cana (manipulação de colheita) até a colheita, (ii) os custos associados com a colheita / corte, carregamento e transporte (CCT), e (iii) os custos de leasing e de parceria agrícola.

Com base nas estimativas de receitas e despesas, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados que serão gerados e valor presente que quantidade, considerando uma taxa de desconto real de 6,29% ao ano, compatível com a remuneração do investimento nas circunstâncias. As alterações no valor justo são apresentados como “As alterações no valor justo dos ativos biológicos”.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras intermediárias e são revisados anualmente.

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento e depreciação dos ativos biológicos no período.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

As Empresas Agrícolas estão sujeitas às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, as Empresas estabeleceram políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

As Empresas Agrícolas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A Administração, por meio do plano estratégico, realiza análises para assegurar que os volumes projetados de produção estão coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças naturais. As Empresas têm processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

13 Intangível

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido 30/06/2013	Líquido 31/03/2013
Software e outros	<u>1.055</u>	<u>(439)</u>	<u>616</u>	<u>662</u>
Total	<u><u>1.055</u></u>	<u><u>(439)</u></u>	<u><u>616</u></u>	<u><u>662</u></u>

14 Imobilizado

	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Máqs e Impl. Agrícolas	Móveis e utensílios	Veículos	Terras	Obras em Andamento	Manutenção de Entressafra	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo										
Saldo em 31 de março de 2012	38.368	154.213	39.022	1.540	23.213	667	39.539	20.642	2.366	319.570
Adições	-	64	2.622	27	498	-	6.385	5.520	1.268	16.384
Baixas	(59)	-	(481)	(1)	-	-	-	(2.972)	(2.179)	(5.692)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2012	38.309	154.277	41.163	1.566	23.711	667	45.924	23.190	1.455	330.262
Saldo em 31 de Março de 2013	53.822	177.777	40.654	1.852	24.358	667	2.470	19.056	1.669	322.325
Adições	-	132	-	6	4	-	-	485	125	752
Baixas	-	-	(896)	-	(851)	-	-	(4.055)	(751)	(6.553)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2013	53.822	177.909	39.758	1.858	23.511	667	2.470	15.486	1.043	316.524
Depreciação										
Saldo em 31 de março de 2012	(9.315)	(49.153)	(9.500)	(891)	(14.669)	-	-	-	-	(83.528)
Depreciações do período	(375)	(2.212)	(960)	(34)	(863)	-	-	-	-	(4.444)
Baixas	36	230	283	0	-	-	-	-	-	549
Saldo em 30 de Junho de 2012	(9.654)	(51.135)	(10.177)	(925)	(15.532)	-	-	-	-	(87.423)
Saldo em 31 de Março de 2013	(10.676)	(56.884)	(12.582)	(1.037)	(17.742)	-	-	-	-	(98.921)
Depreciações do período	(409)	(2.444)	(929)	(47)	(857)	-	-	-	-	(4.686)
Baixas	-	-	665	-	707	-	-	-	-	1.372
Saldo em 30 de Junho de 2013	(11.085)	(59.328)	(12.846)	(1.084)	(17.892)	-	-	-	-	(102.235)
Valor Contábil										
Em 31 de março de 2012	29.052	105.060	29.522	649	8.544	667	39.539	20.642	2.366	236.042
Em 30 de junho de 2012	28.655	103.142	30.986	641	8.179	667	45.924	23.190	1.455	242.840
Em 31 de março de 2013	43.145	120.893	28.072	815	6.616	667	2.470	19.056	1.668	223.404
Em 30 de junho de 2013	42.736	118.581	26.912	774	5.619	667	2.470	15.486	1.042	214.289

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

O teste de redução ao valor recuperável efetuado pela Companhia foi baseado no estudo das projeções de fluxos de caixa descontadas a valor presente. As projeções foram realizadas em Reais (R\$) em termos reais.

Baseado nesse teste não foram identificadas perdas a reconhecer nas demonstrações financeiras intermediárias.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são:

- Fluxo de caixa projetado
- Taxa de juros para fins de desconto a valor presente

Garantia

Em 30 de junho de 2013, a Companhia concedeu como garantia de financiamentos bancários terrenos, máquinas, equipamentos e veículos com valor contábil R\$189.968 (R\$168.100 em março de 2013).

15 Fornecedores de cana e diversos

	30/06/2013	31/03/2013
Fornecedores Diversos	34.107	38.169
Fornecedores de cana	6.267	32.462
Fornecedores partes relacionadas (Nota26)	65	65
	<hr/>	<hr/>
	40.439	70.696
	<hr/>	<hr/>
Passivo circulante	34.723	64.433
Passivo não circulante	5.716	6.263

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa 29.

16 Financiamentos e empréstimos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de financiamentos e empréstimos com juros que são mensurados pelo custo amortizado da Companhia. A nota explicativa 28 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda. Os financiamentos e empréstimos correntes e não-correntes totalizam R\$ 309.953 em 30 de junho de 2013, comparado com R\$ 300.974 em 31 de março de 2013 os quais substancialmente aumentaram em função de novos recursos para expansão agrícola, industrial e variações cambiais, como demonstramos abaixo.

	30/06/2013	31/03/2013
Financiamentos e empréstimos	309.953	300.974
Caixa + Outros investimentos	<u>(14.084)</u>	<u>(35.737)</u>
Passivo bancário líquido	295.869	265.237

	30/06/2013	31/03/2013
Passivo circulante		
Finame	4.791	6.005
Capital de giro	2.356	8.108
Custeio Agrícola - PESA	663	647
Leasing	44	67
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	47.650	52.993
Cédula de crédito à exportação (CCE)	58	-
Pré-pagamento para exportação	5.615	144.799
	61.177	212.619
Passivo não circulante		
Finame	9.052	13.330
Capital de giro	5.417	71.997
Custeio Agrícola - PESA	3.100	3.028
Cédula de crédito à exportação (CCE)	73.546	-
Pré-pagamento para exportação	157.661	-
	248.776	88.355
Total do passivo bancário	309.953	300.974

Cláusulas restritivas dos contratos de financiamentos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas.

Seguem abaixo os contratos que contém *covenants* financeiros e sua forma de apuração:

Operação sindicalizada Pré Pagamento de Exportação (PPE) formado por 4 bancos (Rabobank, Santander, Votorantim e Bradesco)

- Apuração dos indicadores financeiros é feita no final de cada exercício com base nas demonstrações financeiras anuais.
- Dívida Bancária Líquida / EBITDA = índice menor ou igual a 3,5.
- EBITDA / (Despesas Financeiras Líquidas (-) Variações Monetárias e Cambiais) = índice maior ou igual a 3,0.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia cumpriu com as obrigações contratuais (*covenants*) relacionadas com certos indicadores financeiros, como indicado acima.

Operação Cédula de Crédito à Exportação (CCE) contratada junto ao Banco BTG Pactual

- Apuração dos indicadores financeiros a cada encerramento de trimestre com base nos últimos 12 meses tendo como primeiro período de medição o trimestre encerrado em 30 de junho de 2013

- Dívida Bancária Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5.
- Índice de Liquidez corrente igual ou superior a 0,70
- EBITDA / (Despesas Financeiras Líquidas (-) Variações Monetárias e Cambiais) maior ou igual a 3,0.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia cumpriu com as obrigações contratuais (covenants) relacionadas com certos indicadores financeiros, como indicado acima.

As parcelas do financiamento classificados como passivo não circulante vencem entre julho 2014 e novembro de 2019, e têm o seguinte cronograma de pagamento.

Ano de vencimento:	30/06/2013	31/03/2013
2014/2015	67.060	23.693
2015/2016	85.794	34.030
2016/2017	59.494	18.923
2017/2018	35.450	10.832
2018/2019	584	575
2019/2020	394	302
	248.776	88.355

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Paraíso Bioenergia S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2013 e 2012

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	30/06/2013		31/03/2013	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Finame	R\$	TJLP	8,55%	2012 à 2017	13.843	13.843	19.335	19.335
Capital de giro	R\$	CDI	10,70%	2012 à 2014	2.545	2.545	2.974	2.974
Custeio Agrícola - PESA	R\$	IGPM	4,54%	2019	3.763	3.763	3.675	3.675
Leasing	R\$	CDI	7,80%	2013	44	44	66	66
Adiant.Contratos Câmbio – ACC	USD	Taxa Pré- fixada	8,10%	2013	47.650	47.650	52.993	52.993
Capital de giro	USD	LIBOR	6,30%	2013 à 2015	5.228	5.228	10.569	10.569
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	USD	LIBOR	13,50%	2013 à 2017	73.604	73.604	66.563	66.563
Pré-pagamento para exportação	USD	LIBOR	7,80%	2013 à 2017	163.276	163.276	144.799	144.799
					309.953	309.953	300.974	300.974

Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos são as que seguem:

Modalidade	Garantia	Valor
Finame	Alienação Fiduciária de Ativo Imobilizado	26.443
Leasing	Alienação Fiduciária de Ativo Imobilizado	134
Custeio Agrícola (PESA)	Títulos do Tesouro Nacional / Hipoteca de Imóveis Rurais	10.609
	Alienação Fiduciária de Ativo Imobilizado / Contratos de venda de açúcar / Hipoteca de imóveis rurais	
Pré-Pagamento de exportação	Contratos de venda de açúcar / Aplicação Financeira / Penhor de Cana de Açúcar	380.870
Adiantamentos Contratos de Câmbio - ACC	Hipoteca de Imóveis Rurais / Contratos de venda de açúcar / Penhor de Cana de Açúcar	33.339
Cédula de Crédito à Exportação - CCE		211.352

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por terrenos, máquinas, equipamentos e veículos com valor contábil R\$ 167.434 (R\$ 167.434 em 31 de março de 2013), conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

17 Tributos a recolher

	30/06/2013	31/03/2013
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço- ICMS	2.931	166
Imposto sob serviços - ISS	1.562	2.012
Instituto nacional do seguro social -INSS	1.000	3.136
Programa de integração social - PIS	-	86
Contribuição financiamento da seguridade social-COFINS	-	394
Imposto de renda - IRRF	295	1.567
Imposto operações financeiras - IOF	252	-
Outros impostos	6	25
	6.046	7.386

18 Parcelamentos tributários

	30/06/2013	31/03/2013
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço- ICMS	6.515	8.828
Instituto nacional do seguro social -INSS	2.838	3.032
Programa de integração social - PIS	729	746
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	577	643
Contribuição financiamento da seguridade social-COFINS	505	552
Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ	375	584
	11.539	14.385
Passivo circulante	5.951	7.930
Passivo não circulante	5.588	6.455

As parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	30/06/2013	31/03/2013
2014	2.388	2.885
2015	1.014	1.094
2016 a 2024	<u>2.186</u>	<u>2.476</u>
	<u>5.588</u>	<u>6.455</u>

19 Adiantamento de clientes

	30/06/2013	31/03/2013
Adiantamento de clientes - mercado externo(i)	1.639	2.600
Adiantamento de clientes - mercado interno (ii)	1.732	1.042
Adiantamento de clientes - diversos	<u>446</u>	<u>471</u>
	<u>3.817</u>	<u>4.113</u>

- (i) O montante refere-se aos adiantamentos efetuados por clientes compradores de açúcar.
- (ii) O montante refere-se aos adiantamentos efetuados por clientes compradores de álcool.

20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 e CPC 32.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. Os impostos diferidos tem a seguinte origem:

a. Natureza dos tributos diferidos

	Saldo em 31 de março de 2013	Reconhecidos no resultado	Saldo em 30 de junho de 2013
Ativo biológico	(3.858)	(1.312)	(5.170)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social	40.477	917	41.394
Adições/exclusões temporárias	(6.426)	13.598	7.172
Reserva de reavaliação	(3.205)	92	(3.113)
Imobilizado (custo atribuído e taxa de depreciação)	<u>(24.873)</u>	<u>730</u>	<u>(24.143)</u>
	<u>2.115</u>	<u>14.025</u>	<u>16.140</u>

A Companhia estima recuperar o ativo fiscal diferido nos próximos 08 exercícios.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício

	30/06/2013	30/06/2012
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(37.462)	(21.443)
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social utilizando a alíquota combinada	12.737	7.291
Adições (exclusões) permanentes	1.288	(16)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do trimestre	14.025	7.274
Alíquota efetiva	(37%)	(34%)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

21 Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de março de 2013	584	-	584
Provisões feitas durante o período	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2013	584	-	584

A Companhia possui outras contingências envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias cuja materialização na avaliação dos consultores jurídicos é possível de perda, mas não provável em um total de R\$ 2.549 (R\$ 541 em 31 de março de 2013), para as quais a administração da Companhia suportada pela opinião de seus consultores jurídicos entendem não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 03 de junho de 2013 houve o aumento de capital pela Tonon Bioenergia S.A. através da capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital ocorrido em 02 de abril de 2013, no montante de R\$70 milhões. Esse aumento está dividido em R\$ 2.098 no capital social e R\$ 67.902 na reserva de capital representada pelo valor excedente do preço de emissão na subscrição de ações.

Em 30 de junho de 2013, o capital social é de R\$ 7.193, dividido em 7.193.331 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O capital social é composto pelos seguintes acionistas:

	30/06/2013		31/03/2013	
	Ações	R\$	Ações	R\$
Tonon Bioenergia S.A.	7.193	7.193	-	-
Paraíso Holding Ltda.	-	-	3.428	3.428
FIP Terra Viva Investimento em Participações	-	-	1.667	1.667
	<u>7.193</u>	<u>7.193</u>	<u>5.095</u>	<u>5.095</u>

b. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

23 Receita operacional

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol e energia elétrica para o mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	30/06/2013	30/06/2012
Receita bruta de vendas mercado interno	40.087	13.898
Receita bruta de vendas mercado externo	32.434	17.402
Receita bruta de vendas diversas	<u>5.757</u>	<u>10.237</u>
Impostos sobre receitas	<u>(7.553)</u>	<u>(4.184)</u>
Receitas líquidas	<u>70.725</u>	<u>37.353</u>

24 Despesas operacionais

Despesas operacionais por natureza:	30/06/2013	30/06/2012
Despesa com pessoal	1.081	1.151
Serviços de terceiros	830	641
Despesas comerciais de fretes e embarques	1.951	958
Despesas com impostos, taxas e contribuições	193	72
Outras despesas	562	440
Depreciação e amortização	148	100
Ganho na venda de investimentos	5	(269)
Ajuste no valor justo dos investimentos	329	(336)
Outras receitas operacionais líquidas	<u>(1.543)</u>	<u>(316)</u>
	<u>3.556</u>	<u>2.441</u>

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:

	30/06/2013	30/06/2012
Despesas com vendas	1.951	958
Despesas administrativas	3.132	1.942
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<u>(1.527)</u>	<u>(459)</u>
	<u>3.556</u>	<u>2.441</u>

25 Recitas (despesas) financeiras líquidas

	30/06/2013	30/06/2012
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	540	618
Descontos obtidos	54	1
Juros Ativos	338	12
Variação Cambial Ativa	<u>1.763</u>	<u>146</u>
	<u>2.695</u>	<u>777</u>
Despesas financeiras		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(5.022)	(4.494)
Juros passivos e despesas bancarias	(10.131)	(7.839)
Variação cambial passiva	<u>(28.805)</u>	<u>(23.282)</u>
	<u>(43.958)</u>	<u>(35.615)</u>
Financeiras e cambiais líquidas	<u>(41.263)</u>	<u>(34.838)</u>

26 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da administração

	30/06/2013	30/06/2012
Ordenados e salários	352	460
Honorários e bônus	40	-
Contribuições previdenciárias e sociais	-	48
Outros	14	50
	<u>406</u>	<u>558</u>

Em 30 de junho 2013 a remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$ 405 (R\$ 558 em 30 de junho de 2012) e incluiu salários e benefícios variáveis.

b. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2013 e 31 de março 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com partes do mesmo grupo econômico:

<i>Composição dos saldos de ativo</i>	30/06/2013	31/03/2013
Mútuos financeiro		
Tonon bioenergia S.A.	17.421	-
Estrela Dalva Tecnologia em limpeza	43	43
Silvia de Barros Brisola	90	90
Flavio de Albuquerque Pinheiro	43	43
Wilson Hélio de Albuquerque Pinheiro Junior	32	32
Renata de Albuquerque Pinheiro	34	34
Total de crédito com pessoas ligadas (nota 11)	<u>17.663</u>	<u>242</u>
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/03/2013</u>
<i>Composição dos saldos de passivo</i>		
Fornecedores		
Flavio de Albuquerque pinheiro e outros	65	65
Total de fornecedores (nota15)	<u>65</u>	<u>65</u>
Mútuos financeiro		
Flavio de Albuquerque Pinheiro	24	95
Wilson Hélio de Albuquerque Pinheiro Junior	24	2.177
Renata de Albuquerque Pinheiro	24	95
Silvia de Barros Brisola	11	12
Total de mútuos financeiros (nota 11)	<u>83</u>	<u>2.379</u>
Total de dívidas com pessoas ligadas	<u>148</u>	<u>2.444</u>

27 Compromissos Firmes

Compromisso de compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica.

Safras Futuras	Compromissos com fornecedores em milhares de R\$
2013/2014	32.874
2014/2015	35.116
2015/2016	31.367
2016/2017	29.227
2017/2018	20.589
2018/2019	12.711
2019/2020 a 2030/2031	<u>61.816</u>
	<u>223.700</u>

Para fins de valorização dos compromissos de pagamentos de fornecedores, parceiros e arrendamentos, foi utilizado o valor do ATR vigente no mês de junho de 2013 de R\$ 0,4426 kg/ATR em 2013 e nas demais safras para os compromissos fechados.

Compromisso de fornecimento de açúcar

Safra 2013/2014 Período safra- Produção prevista versus compromissos com clientes

Valores de açúcar refinado (em toneladas)

Produção Prevista	Compromissos com clientes	Volume (%) compromissado
109.624	76.500	69,78%

Compromissos com clientes para as próximas safras para venda de açúcar

Ano/safra	Toneladas de açúcar
2013/2014	76.500
2014/2015	107.000
2015/2016	93.000
2016/2017	<u>51.000</u>
	<u>327.500</u>

A Companhia possui contrato de longo prazo de venda de açúcar refinado junto a Cargill

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

	30/06/2013	31/03/2013
Riscos operacionais	21.000	20.850
Danos materiais	220.000	220.000
Responsabilidade civil	<u>3.600</u>	<u>3600</u>
	<u>244.600</u>	<u>244.450</u>

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Visão geral

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta Administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras intermediárias.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis junto aos clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia tem fluxos operacionais de vendas em outras moedas e avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2013, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

	30/06/2013	31/03/2013
Instrumento financeiro designados pelo valor justo por meio do resultado		
Outros investimentos	3.630	26.271
Instrumentos Financeiros derivativos passivos	9.380	4.358
Ativos mantidos pelo custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	10.454	9.466
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	27.401	3.339
Passivos mantidos pelo custo amortizado		
Fornecedores	(40.439)	(70.696)
Empréstimos e financiamentos	(309.953)	(300.974)
Outras contas a pagar	(691)	(1.179)

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias foi:

Ativos	30/06/2013	31/03/2013
Caixa e equivalentes de caixa	10.454	9.466
Outros Investimentos	3.630	26.271
Contas a receber de clientes	27.401	3.339
Total	<u>41.485</u>	<u>39.076</u>

Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

	30/06/2013				
	Fluxo de Caixa	Até um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos
Passivos					
Fornecedores	40.439	34.723	5.716	-	-
Empréstimos e financiamentos	309.953	61.177	153.520	94.277	979
Instrumentos Financeiros derivativos	9.380	9.380	-	-	-
Outras contas a pagar	691	691	-	-	-
	<u>360.463</u>	<u>105.971</u>	<u>159.236</u>	<u>94.277</u>	<u>979</u>

	31/03/2013				
Fluxo de Caixa	Até um ano	Entre dois e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	
Passivos					
Fornecedores	70.696	64.432	6.264	-	-
Empréstimos e financiamentos	300.974	212.619	57.723	29.755	877
Instrumentos Financeiros derivativos	4.358	4.358	-	-	-
Outras contas a pagar	1.179	1.179	-	-	-
	377.207	282.588	63.987	29.755	877
	377.207	282.588	63.987	29.755	877

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, principalmente para saldos a receber e a pagar denominados em reais. Além dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras.

Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 30 de junho de 2013 e 31 de março de 2013 compreendem unicamente operações em dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

	30/06/2013	31/03/2013
Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	(130.781)	(136.519)
Exposição líquida	(130.781)	(136.519)
Ano de vencimento:	30/06/2013	31/03/2013
2013	24.092	30.071
2014	28.424	26.098
2015	36.524	38.834
2016	26.089	25.980
2017	15.652	15.536

A Companhia destina praticamente 100% de sua produção de açúcar para o mercado externo gerando portanto receitas em dólares para fazer frente às operações de financiamento em mesma moeda. No trimestre findo em 30 de junho de 2013 obteve receitas de exportação da ordem de 15 milhões de dólares norte-americanos.

Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Análise de sensibilidade - Cambial

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2013, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2013 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Operações	Remoto (-50%)	Possível (-25%)	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF (*)	(19.990)	(5.311)	9.380	24.046	38.725
Empréstimos e financiamentos	65.391	98.086	130.781	163.476	196.172

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas juntos as fontes externas de mercado, como Bloomberg e BM&F Bovespa.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Libor.

Hierarquia de valor justo

Para os valores justos reconhecidos no balanço, o CPC 40- Instrumentos Financeiros Evidenciação requer a divulgação para cada classe de instrumentos financeiros e derivativos, a qual classe de apuração de valor foi utilizada, conforme definido abaixo:

- **Nível 1** - Quotas de fundos de investimentos e posições de liquidações da contra parte, nos caso da avaliação dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras;
- **Nível 2** - Valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo, que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo; e
- **Nível 3** - Valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na entidade.

	Valor contábil em 30 de junho de 2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	10.454	10.454	-	-
Outros Investimentos	3.630	3.630	-	-

Paraíso Bioenergia S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2013 e 2012

	Valor contábil em 31 de março de 2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9.466	9.466	-	-
Aplicações financeiras	<u>26.271</u>	<u>26.271</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>35.737</u></u>	<u><u>35.737</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Para tanto, a Companhia definiu os respectivos níveis da seguinte forma:

Nível 1 - Quotas de fundos de investimentos e posições de liquidações da contra parte, nos caso da avaliação dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Níveis 2 e 3 - Não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesses níveis.